

AS POLITICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL: DESAFIOS, IMPACTOS E POSSIBILIDADES

SCHOOL INCLUSION POLICIES IN BRAZIL: CHALLENGES, IMPACTS, AND POSSIBILITIES

LAS POLÍTICAS DE INCLUSIÓN ESCOLAR EN BRASIL: DESAFÍOS, IMPACTOS Y POSIBILIDADES

Alenuska Karine de Medeiros Ferreira¹
Roxana Silva²

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas de inclusão escolar no Brasil, identificando seus desafios, impactos e possibilidades diante de sua implementação. Faz parte da dissertação de mestrado intitulada *Inclusão de um aluno com comportamento adverso em uma escola pública municipal em Caicó-RN*. Para tanto se fez necessário, compreender o contexto histórico e legal das políticas públicas voltadas à inclusão escolar no Brasil. Para tanto houve a necessidade de se investigar os principais desafios enfrentados pelas escolas na implementação efetiva dessas políticas, avaliar os impactos das práticas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, identificar possibilidades e estratégias que favoreçam o fortalecimento da inclusão nas instituições de ensino e refletir sobre o papel dos profissionais da educação na consolidação de uma escola inclusiva. A coleta de informações se deu através de estudo bibliográfico, com teóricos, tais como: Delgado (2016), Gotzens (2003), Barcelli, Rosalino (2022). Também foi utilizado neste recorte, documentos normativos, tais como: Brasil (1997), (2008), ONU (1948), entre outros. Este trabalho justifica-se pelo fato de que a inclusão escolar representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação brasileira, exigindo ações concretas que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa de todos os alunos. Apesar dos avanços legais e políticos obtidos nas últimas décadas, ainda se observam dificuldades na efetivação das políticas públicas voltadas à inclusão, especialmente no que se refere à formação docente, à acessibilidade física e pedagógica e os comportamentos atitudinais de exclusão, ainda presente no ambiente escolar.

2206

Palavras-chave: Políticas Públicas. Inclusão Escolar. Deficiência.

¹Mestrado em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU). Atualmente é professora polivalente da rede municipal de ensino dos municípios de Currais Novos-RN e Cruzeta-RN.

²Doutorado em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU). Atualmente é professora da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e Prefeitura Municipal de Jucurutu - RN, ambas atuando como professora de ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AEE. Coordenadora Polo 2 Licenciatura em Educação Inclusiva e Especial - UFRN. AVALIADORA DE PERÍODICOS DA REVISTA SABERES. PESQUISADORA atuando principalmente nos seguintes temas: Educação, Inclusão, Formação de professor, Deficiência Intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Dislexia, Discalculia, Transtorno do Espectro Autista - TEA.

ABSTRACT: The objective of this research was to analyze school inclusion policies in Brazil, identifying their challenges, impacts, and possibilities in the face of their implementation. It is part of a master's thesis entitled "Inclusion of a student with adverse behavior in a municipal public school in Caicó-RN." To this end, it was necessary to understand the historical and legal context of public policies aimed at school inclusion in Brazil. Therefore, it was necessary to investigate the main challenges faced by schools in the effective implementation of these policies, evaluate the impacts of inclusive practices on the teaching-learning process of students with disabilities and special educational needs, identify possibilities and strategies that favor the strengthening of inclusion in educational institutions, and reflect on the role of education professionals in the consolidation of an inclusive school. Data collection was carried out through bibliographic study, with theoretical references such as: Delgado (2016), Gotzens (2003), Barcelli, Rosalino (2022). Normative documents were also used in this excerpt, such as: Brazil (1997), (2008), UN (1948), among others. This work is justified by the fact that school inclusion represents one of the greatest contemporary challenges of Brazilian education, requiring concrete actions that guarantee access, permanence and meaningful learning for all students. Despite the legal and political advances achieved in recent decades, difficulties are still observed in the implementation of public policies aimed at inclusion, especially with regard to teacher training, physical and pedagogical accessibility and exclusionary attitudinal behaviors, still present in the school environment.

Keywords: Public Policies. School Inclusion. Disability.

RESUMEN: El objetivo de esta investigación fue analizar las políticas de inclusión escolar en Brasil, identificando sus retos, impactos y posibilidades en su implementación. Forma parte de una tesis de maestría titulada "Inclusión de un estudiante con conducta adversa en una escuela pública municipal de Caicó, RN". Para ello, fue necesario comprender el contexto histórico y legal de las políticas públicas de inclusión escolar en Brasil. Por lo tanto, se investigó el principal reto que enfrentan las escuelas en la implementación efectiva de estas políticas, se evaluaron los impactos de las prácticas inclusivas en el proceso de enseñanza-aprendizaje de estudiantes con discapacidades y necesidades educativas especiales, se identificaron posibilidades y estrategias que favorecen el fortalecimiento de la inclusión en las instituciones educativas y se reflexionó sobre el rol de los profesionales de la educación en la consolidación de una escuela inclusiva. La recolección de datos se realizó mediante un estudio bibliográfico, con referencias teóricas como Delgado (2016), Gotzens (2003) y Barcelli, Rosalino (2022). En este extracto también se utilizaron documentos normativos, como los de Brasil (1997), (2008) y la ONU (1948), entre otros. Este trabajo se justifica por el hecho de que la inclusión escolar representa uno de los mayores desafíos contemporáneos de la educación brasileña, que exige acciones concretas que garanticen el acceso, la permanencia y un aprendizaje significativo para todos los estudiantes. A pesar de los avances legales y políticos logrados en las últimas décadas, aún se observan dificultades en la implementación de las políticas públicas orientadas a la inclusión, especialmente en lo que respecta a la formación docente, la accesibilidad física y pedagógica, y las conductas excluyentes que aún persisten en el entorno escolar.

Palabras clave: Políticas públicas. Inclusión escolar. Discapacidad.

INTRODUÇÃO

A implementação da política de inclusão escolar no Brasil tem produzido mudanças que impactam desde a formação dos professores até a atenção para com os alunos. Essas modificações vêm sendo acompanhadas por investigações científicas que buscam evidenciar as características do processo e os problemas surgidos a partir dele. Aos poucos, os pesquisadores começaram a assumir um papel mais ativo nesse processo de transformação do cotidiano escolar inclusivo, o que levou a um aumento na quantidade de pesquisas realizadas na área da Educação especialmente na perspectiva da inclusão escolar (SOUZA, 2017).

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas de inclusão escolar no Brasil, identificando seus desafios, impactos e possibilidades diante de sua implementação. Para tanto se fez necessário, compreender o contexto histórico e legal das políticas públicas voltadas à inclusão escolar no Brasil. Para tanto houve a necessidade de se investigar os principais desafios enfrentados pelas escolas na implementação efetiva dessas políticas, avaliar os impactos das práticas inclusivas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, identificar possibilidades e estratégias que favoreçam o fortalecimento da inclusão nas instituições de ensino e refletir sobre o papel dos profissionais da educação na consolidação de uma escola inclusiva. A coleta de informações se deu através de estudo bibliográfico, com teórico, tais como: Delgado (2016), Mantoan (2003), Barcelli, Rosalino (2022). Também foi utilizado neste recorte, documentos normativos, tais como: Brasil (1997), (2008), ONU (1948), entre outros. Este trabalho justifica-se pelo fato de que a inclusão escolar representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação brasileira, exigindo ações concretas que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa de todos os alunos.

2208

Compreender os desafios, impactos e possibilidades das políticas de inclusão é fundamental para repensar práticas educativas e fortalecer uma cultura escolar pautada na equidade, no respeito à diversidade e na valorização das potencialidades de cada estudante. Assim, a pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico e para a construção de estratégias que promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Apesar dos avanços legais e políticos obtidos nas últimas décadas, ainda se observam dificuldades na efetivação das políticas públicas voltadas à inclusão, especialmente no que se refere à formação docente, à acessibilidade física e pedagógica e ao preconceito ainda presente no ambiente escolar.

Desenvolvimento

A contextualização histórica das políticas de inclusão remonta aos movimentos sociais e lutas por direitos civis que ganharam força no século XX, culminando na promulgação de legislações e tratados internacionais voltados para a promoção da inclusão e igualdade (DELGADO, 2016). Destacam-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, que estabelece princípios fundamentais para a inclusão e proteção das pessoas com deficiência, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que preconiza a igualdade e a não discriminação” (ONU, 1948).

Além disso, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, e a Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, em Salamanca, Espanha, em 1994, as quais resultaram em documentos que orientam os países na promoção da inclusão educacional e social. Esses instrumentos internacionais fornecem um arcabouço legal crucial para a formulação e implementação de políticas de inclusão em nível global (BRASIL, 1997). Por conseguinte, a sua abrangência se estende a uma ampla gama de áreas, desde a educação até o acesso a serviços de saúde adequados. O objetivo desses tratados e convenções são proporcionar um mundo mais justo, diverso e igualitário, onde todas as pessoas tenham oportunidade de desenvolvimento pleno e sejam incluídas na sociedade.

2209

É fundamental reconhecer e fortalecer a importância desses instrumentos como base para a garantia de direitos que promovam a inclusão plena e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. No contexto educacional, a legislação internacional sobre inclusão é um guia indispensável para a promoção de práticas inclusivas. Ela visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso significa que as escolas devem oferecer suporte e recursos adequados para atender às necessidades individuais de cada aluno, promovendo uma educação inclusiva e não discriminatória. Além da educação, a legislação internacional sobre inclusão também abrange outras áreas, como o acesso a serviços de saúde adequados.

Buscando garantir que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, com profissionais capacitados e equipamentos adequados a legislação internacional garante o bem-estar de todos os indivíduos e possibilita que eles participem plenamente da sociedade. Esses tratados e convenções internacionais fornecem diretrizes claras para os países implementarem políticas de inclusão e garantirem o cumprimento dos direitos humanos, enfatizando a importância de respeitar a diversidade e de não discriminar

as pessoas com base em sua condição.

A legislação internacional busca criar um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas possam exercer seus direitos e alcançar seu pleno potencial. A legislação internacional sobre inclusão desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas. Ela fornece uma base legal sólida para a formulação de políticas inclusivas em nível global, abrangendo áreas como a educação e o acesso a serviços de saúde adequados. Ao reconhecer a importância desses instrumentos e promover sua implementação, podemos construir um mundo mais inclusivo, onde todas as pessoas possam participar plenamente da sociedade e desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades.

No Brasil, a inclusão ganhou destaque com a promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu princípios fundamentais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Ao longo dos anos, as políticas de inclusão passaram por transformações significativas, acompanhando as mudanças sociais, econômicas e culturais ao redor do mundo, refletindo avanços e desafios na promoção da igualdade e não-discriminação (BRASIL, 2008).

Os princípios e fundamentos das políticas de inclusão envolvem a garantia de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de gênero, raça, origem étnica, orientação sexual, idade, condição socioeconômica ou deficiência. A inclusão não se limita somente à eliminação de barreiras físicas, mas também à quebra de preconceitos e estereótipos, promovendo assim a participação plena e igualitária de todas as pessoas na sociedade.

2210

Diante disso, promover a inclusão de forma abrangente, abarcando diferentes aspectos da vida social, é importante garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades individuais. Para isso, é necessário implementar políticas educacionais inclusivas, proporcionando recursos e apoio adequados para alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

A inclusão não é apenas um direito humano, mas também uma necessidade para o pleno desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática que percebe na inclusão uma maneira de evoluir intelectualmente e socialmente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 estabelece de forma clara e eficiente a necessidade de garantir o acesso pleno e irrestrito de todas as pessoas com deficiência na escola, com medidas de apoio, recursos e adaptações necessárias para sua inclusão (BRASIL, 1996).

Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2011), buscando sempre aprimorar a promoção da inclusão em diversos aspectos, como a educação, o trabalho e a

acessibilidade, propõe diretrizes específicas que visam empoderar e assegurar a participação ativa e plena de todos os cidadãos com deficiência na sociedade. Ainda assim, há outras leis que se mostram fundamentais para a proteção e promoção da inclusão no Brasil, como a Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente, que defende a igualdade de oportunidades para crianças e adolescentes, e a Lei do Estatuto da Igualdade Racial, que visa combater todas as formas de discriminação e garantir a igualdade de direitos para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua cor de pele. Com o respaldo dessas legislações e o empenho contínuo da sociedade em promover a inclusão em todas as esferas.

As políticas de inclusão implementadas no país têm sido decisivas para o avanço e a consolidação de uma sociedade justa e plenamente inclusiva, onde todos os indivíduos, independentemente de suas características e habilidades, têm o direito de participar ativamente de todos os aspectos da vida social, econômica e cultural. Através da ampliação e aprimoramento contínuo dessas políticas, o Brasil visa garantir o acesso igualitário e a plena participação de pessoas com deficiência em todas as áreas, desde a educação e o trabalho até a infraestrutura urbana e o lazer.

Com isso, busca-se não apenas combater a discriminação e a exclusão, mas também promover a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos brasileiros. Ao colocar em prática todas essas leis e diretrizes, o país demonstra uma visão progressista e comprometida com a igualdade e a dignidade humana. A inclusão é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, onde todos os indivíduos possam desfrutar plenamente de seus direitos e contribuir para o bem-estar coletivo. Através do fortalecimento dessas práticas inclusivas, o Brasil estabelece um exemplo para outras nações, mostrando o caminho para a criação de sociedades verdadeiramente inclusivas, onde cada pessoa seja valorizada e respeitada em sua singularidade.

É necessário, compreender a opinião e percepção dos beneficiários e demais interessados, a fim de garantir uma avaliação mais completa e inclusiva. Sendo fundamental promover espaços de diálogos e participações, nos quais todas as vozes possam ser ouvidas e levadas em consideração. A avaliação de impacto das políticas de inclusão desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e justiça social. Através de abordagens minuciosas e multidimensionais, é possível mensurar os resultados obtidos e identificar áreas de sucesso e desafios enfrentados. A utilização de indicadores qualitativos e quantitativos, aliada à participação ativa da sociedade civil, contribui para uma avaliação precisa e completa, capaz de

embasar a formulação de novas políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

Um dos principais desafios enfrentados na implementação das políticas de inclusão consiste na resistência e na falta de conscientização por parte de algumas instituições e da sociedade como um todo (BARCELLI; ROSALINO, 2022). A escassez de investimentos adequados em programas e projetos de inclusão também se apresenta como um obstáculo significativo, dificultando a efetivação das políticas.

A falta de acessibilidade, tanto no âmbito físico quanto no digital, limita o alcance das ações de inclusão, uma outra barreira está na evidenciada na falta de capacitação e formação adequada dos profissionais envolvidos, o que compromete a qualidade das iniciativas de inclusão. A superação desses desafios requer um engajamento conjunto do governo, da sociedade civil e do setor privado, visando à implementação de políticas mais eficazes e abrangentes para garantir a inclusão plena e igualitária de todos os cidadãos, adotando medidas amplas e abrangentes em diferentes áreas.

Para que os professores possam atuar neste contexto, se faz necessário que ocorram treinamentos e capacitações específicas para que eles possam lidar com as demandas e desafios da inclusão de forma efetiva e inclusiva. Essa capacitação deve abranger desde professores e profissionais de saúde até gestores e tomadores de decisão, a fim de garantir uma abordagem integrada e eficiente no processo de inclusão. A parceria entre governo, sociedade civil e setor privado também é fundamental nesse processo (MORAIS et al.).

2212

Todos devem ser contemplados pelas políticas de inclusão de forma integrada e com ações específicas para suas necessidades. Portanto, a superação dos desafios na implementação das políticas de inclusão requer um compromisso conjunto de todos os agentes sociais. Somente por meio de esforços colaborativos e medidas abrangentes será possível alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde todas as pessoas tenham oportunidades iguais e sejam valorizadas em sua plenitude.

A promoção da igualdade de oportunidades e a transformação de mentalidades preconceituosas são fundamentais para que a inclusão seja efetivada em todos os âmbitos da vida. Isso implica em uma mudança cultural, que deve ser fomentada dentro das famílias, para que os valores de respeito e aceitação estejam enraizados desde cedo na sociedade. É indispensável o fornecimento de medidas de suporte e assistência às pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo que tenham acesso a recursos e serviços adequados às suas necessidades. A adaptação de espaços físicos, a disponibilização de tecnologias assistivas e a

oferta de atividades inclusivas são alguns dos meios pelos quais é possível proporcionar essa inclusão plena e igualitária.

Uma educação inclusiva, que garanta a participação de todos os alunos em um ambiente de aprendizagem acolhedor e acessível, é fundamental capacitar os professores tanto em relação ao manejo de possíveis barreiras como em relação ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades de cada aluno.

A inclusão também deve pensar no mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades e a eliminação de discriminações no ambiente profissional, considerando a plenitude e igualitária também envolve a garantia do acesso à saúde, lazer, cultura e esportes para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

O Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, onde a pessoa com deficiência é considerada:

[...] aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 1).

A inclusão de todos os grupos, como idosos e crianças em situação de vulnerabilidade social, requer atenção especial, com a implementação de políticas específicas para garantir seus direitos e promover sua inclusão em todos os aspectos da sociedade. Ela é uma questão de direitos humanos e deve ser encarada como tal, com a garantia de que todas as pessoas sejam tratadas com dignidade e respeito. Somente assim poderemos construir um mundo verdadeiramente inclusivo, onde a diversidade seja valorizada e todos tenham oportunidades de desenvolvimento pleno.

É preciso empenho por parte de todos que fazem a escola, seja parte administrativa ou pedagógica, compreendam ser necessário estar envolvido em todo o processo de inclusão e só assim poder efetivar as políticas de inclusão. A falta de apoio da equipe escolar pode deixar os professores isolados em seus esforços para promover a inclusão, aumentando a sensação de sobrecarga e frustração (ALMEIDA; MONTINO, 2021). As causas, impactos e possíveis estratégias de intervenção se torna fundamental para promover um ambiente escolar favorável ao aprendizado, necessita ter um ambiente pautado no respeito, na tolerância e na aceitação das diferenças, onde cada aluno possa ser valorizado em sua individualidade onde as suas potencialidades sejam reconhecidas e estimuladas podendo ultrapassar as barreiras físicas e cognitivas, possibilitando proporcionar a todos os alunos oportunidades de desenvolvimento socioemocional.

A formação de professores, nesse sentido, desempenha um papel de suma importância, é necessário prepara-los para compreender e atender às demandas desses alunos, com ênfase na diversidade e nas estratégias de ensino diferenciadas. Somente através de um esforço conjunto, envolvendo famílias, escolas, comunidade e governo, que reconheça e valorize a singularidade de cada aluno, independentemente de suas características e comportamentos.

A educação inclusiva é uma realidade que precisa ser construída coletivamente, privilegiando sempre o respeito à dignidade e aos direitos de cada criança e adolescente. As barreiras sociais e estigmas associados aos alunos com comportamento adverso podem criar um ambiente educacional desfavorável, impactando negativamente sua experiência de aprendizagem. A falta de compreensão e empatia por parte da sociedade contribui para a exclusão e marginalização desses alunos, tornando mais desafiadora a sua participação em atividades escolares e a interação com os colegas.

Cabral, Carvalho e Ramos (2004, p. 334) diz que:

A escola pode proporcionar momentos de descontrair, com atividades programadas, como por exemplo, gincanas, concursos de talentos, concursos de dança, desenvolvimento de atividades desportivas, envolvendo professores e alunos. O intuito é promover um ambiente harmonioso em que seja possível construir um elo de amizade e confiança que se propague para o interior da sala de aula.

Superar essas barreiras requer uma abordagem integrada fortalecendo as políticas de inclusão para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças e dificuldades. Isso implica em desenvolver programas pedagógicos adaptados às necessidades individuais dos alunos e oferecer recursos de apoio aos professores. A criação de espaços seguros desempenha um papel fundamental no combate às barreiras sociais, para que os alunos se sintam parte de uma comunidade escolar que os aceita e os apoia.

A criação de espaços para que os alunos, possam se expressar livremente e serem ouvidos, são considerados abordagens pedagógicas diferenciadas, sendo atreladas a parceria entre escola, família e comunidade também é fundamental para que ocorra a troca de informações e a colaboração entre esses atores são essenciais para identificar as necessidades dos alunos e garantir um suporte adequado em todos os contextos.

Quando a escola é inclusiva a avaliação e o monitoramento cuidadoso do aluno com comportamento adverso passam a ser aliados fundamentais que podem garantir que a equipe identifique não apenas os padrões e gatilhos que ocasionam seu comportamento negativo, mas também seus progressos, permitindo, assim, ajustar as intervenções conforme necessário em prol de uma melhora contínua.

Portanto, é necessário que os professores estejam preparados para utilizar uma variedade de instrumentos e abordagens de avaliação, a fim de obter uma compreensão completa e precisa

do progresso e das necessidades de cada aluno, incluindo a utilização de técnicas de observação direta, como o registro de comportamentos e o acompanhamento do envolvimento dos alunos nas atividades de sala de aula. As avaliações formais, como testes e provas, para avaliar o conhecimento e as habilidades dos alunos de forma mais objetiva.

A avaliação formativa também desempenha um papel fundamental, fornecendo feedback e orientação aos alunos durante o processo de aprendizagem. Deve-se destacar ainda a importância de uma abordagem individualizada e inclusiva na avaliação, considerando as necessidades específicas dos alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, é necessário adaptar os instrumentos de avaliação, garantindo que sejam acessíveis e justos para todos os alunos, mas que compreenda os avanços dos alunos e o desenvolvimento das suas habilidades necessárias para que possa ocorrer a sua aprovação.

É importante avaliar o impacto das estratégias de intervenção na percepção que o aluno tem de si mesmo, assim como no relacionamento que estabelece com colegas e professores, pois isso torna-se essencial, definir e acompanhar esses indicadores de sucesso com total atenção, pois assim é possível constatar efetivamente o progresso do aluno e o impacto positivo das práticas adotadas pelos professores.

Para atender às necessidades específicas de aprendizagem, é imprescindível fornecer recursos adequados, como materiais didáticos adaptados, tecnologia assistiva e apoio individualizado. A implementação de abordagens pedagógicas eficazes também é essencial, isso significa utilizar métodos de ensino que sejam adequados às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos, valorizando suas potencialidades e incentivando a autonomia e o protagonismo.

2215

As práticas educacionais desenvolvidas nesse período que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com ou sem deficiência, revelam a mudança de paradigma incorporada pelas equipes pedagógicas. Não há como falar em educação sem abordar como essa se constitui, como um processo de construção coletiva, que é influenciado por todos os contextos inerentes a sociedade (KRASILCHIK; MARANDINO, 2007). Promover a inclusão na educação não é tarefa fácil que se torna ainda mais complexa quando se considera as necessidades e especificidades apresentadas pelos alunos (UNESCO, 2020).

Apesar dos inúmeros avanços percebidos na educação e na sociedade para que a inclusão ocupe seu espaço na sociedade, assim como a implementação de leis que reforçam os direitos do cidadão e direcionam os mecanismos de atendimento às necessidades educacionais especiais

dos alunos, muito há de se fazer para a efetivação da inclusão educacional (FACION, 2008).

Pensar uma educação inclusiva para o aluno com comportamento adverso implica na necessidade de o professor conhecer as suas características, por estas estarem presentes no desenvolvimento intelectual, mas podem não se tornarem manifestos podendo ser mascaradas por diversas estratégias aprendidas durante a vida, como abraçar e logo depois bater, pedir desculpas.

A função da escola pode ser apenas a formação de cidadãos, por ser ela a detentora dos saberes que a sociedade institui que devem serem mediados com que o fazer pedagógico de ensinar fique em segundo plano e passe a valer uma nova didática que segundo Alves (2001, p. 242-254) propõe fundamentalmente “a incorporação de conhecimento culturalmente significativo que circula pelos diversos canais da sociedade e que ainda não penetra no espaço escolar”.

É necessário incentivar comportamentos de trocas, conversas, estimulando a afetividade, entre os alunos sobre situações variadas. Evitando situações de indisciplina, violência gratuita gerindo adequadamente a turma, levando em consideração que muitos vivem em contextos desestruturados. Segundo Gotzens (2003, p. 22) “para isso é preciso, sempre que possível, antecipar-se ao aparecimento de problemas e só em último caso reparar os que inevitavelmente tiverem surgido, seja por causa da própria situação de ensino seja por fatores alheio à dinâmica escolar”. Dessa forma, podemos dizer que a escola deve trabalhar em seus alunos as suas emoções, como percebê-las no seu dia a dia, considerando que é através delas que será exposto todos os problemas, felicidade, satisfação e insatisfações, os quais estão presentes em muitos estados da vida cotidiana de seus alunos, onde Chiaratti, Gonçalves e Ricieri (2014, p. 67) afirmam que “a emoção é um elemento de expressão que inclui aspectos orgânicos ao qual o professor deve estar atento”.

2216

Quando o componente emocional é exacerbado, há uma tendência à inibição do componente intelectual, e vice-versa, o que pode dificultar a aprendizagem do aluno. Reconhecendo o que o aluno está transmitindo através das suas emoções pode-se estabelecer uma relação com o seu processo de aprendizagem, pois o professor poderá estabelecer a afetividade como norteadora para mitigação do comportamento adverso dos alunos em sala de aula.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-bibliográfica, baseada em análise de literatura acadêmica, documentos legais e relatórios institucionais. Foram utilizadas fontes nacionais e internacionais para compreender a evolução das políticas de inclusão, seus impactos e os desafios enfrentados na implementação das práticas inclusivas.

Conforme afirma, Lakatos e Marconi (2010, p. 183), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na internet, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto. Este tipo de pesquisa permite uma análise crítica e fundamentada sobre o tema, possibilitando a compreensão das transformações e perspectivas das políticas de inclusão escolar no contexto brasileiro.

Análise e discussão

A análise dos dados, evidencia que, apesar dos avanços legais, persistem desafios significativos na efetivação da inclusão. A falta de recursos adequados, orientação pedagógica e conscientização social limita a participação plena de alunos com necessidades educacionais especiais. Observa-se a necessidade de avaliação contínua de políticas públicas, formação docente, integração entre família, escola e sociedade, e promoção de uma cultura inclusiva que valorize a diversidade.

2217

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progresso já obtido nas políticas de inclusão mostra que é possível superar os obstáculos e transformar a realidade, através de ações integradas e esforços coletivos. A necessidade de adaptação das políticas de inclusão se dá devido as mudanças sociais, tecnológicas e econômicas que ocorrem constantemente no mundo.

No entanto, a falta de políticas claras e de diretrizes direcionadas para a implementação da educação inclusiva é um dos desafios. As políticas de inclusão desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e da justiça social, no contexto brasileiro. Garantir um futuro inclusivo, é necessário que haja um compromisso contínuo com a implementação e o aprimoramento dessas políticas, para superar os desafios e obstáculos identificados ao longo do caminho. É importante investir em avaliações de impacto e estudos de boas práticas para

assegurar que as políticas de inclusão alcancem efetivamente seus objetivos e tragam transformações positivas para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. Didática da Educação Inclusiva. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, R.; MONTINO, J. Inclusão escolar e formação docente. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 2, p. 45-60, 2021.
- BARCELLI, L.; ROSALINO, T. Desafios da inclusão escolar. Educação e Sociedade, v. 43, n. 154, p. 233-251, 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015. Brasília, 2011.
- BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 21 fev. 2025. » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm
- CABRAL, M.; CARVALHO, P.; RAMOS, S. Estratégias pedagógicas inclusivas. Educação em Foco, v. 12, n. 3, p. 330-345, 2004.
- CHARRIATTI, C.; GONÇALVES, D.; RICIERI, L. Emoções e aprendizagem. 2014.
- DELGADO, J. Políticas de inclusão e diversidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.
- FACION, D. Educação inclusiva e legislação. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GOTZENS, Concepción. A Disciplina Escolar: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. Tradução de Fátima Murad. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- LAKATOS, M. E.; MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 1948.
- SOUZA, Carla. Formação e Avaliação na Educação Inclusiva. Brasília: Editora, 2018.
- UNESCO. Educação inclusiva: o caminho para o futuro. Paris: UNESCO, 2020.